

Extra Pauta – Sessão Plenária 15/09/2021

O **Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União (Cecap)**, criado em 2014, por meio da Resolução TCU n. 263, tem a finalidade de produzir e disseminar, interna e externamente, conhecimentos relativos aos temas próprios do sistema de controle, promovendo o aperfeiçoamento de sua atuação e o da Administração Pública.

É órgão colegiado, de natureza consultiva e de caráter permanente, presidido pelo Presidente do TCU, composto por dezessete personalidades da vida pública e da sociedade civil com notório saber técnico, jurídico ou científico, designados para um período de dois anos.

Com grande alegria, e não menos responsabilidade, trago a este Plenário a Portaria TCU n. 107, de 10 de agosto de 2021, na qual a Ministra Ana Arraes, atual Presidente, designa os membros do **Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União**, fazendo constar meu nome.

Sinto-me orgulhoso por fazer parte desta Casa de Contas e inaugurar mais um espaço de cooperação e mobilização nacional. Aumenta minha responsabilidade neste momento em que, compondo este Colegiado, assumo posição ao lado de grandes personalidades do país, como a jurista Ellen Gracie, a empresária Luiza Helena Trajano, que comanda a rede de lojas de varejo Magazine Luiza, o economista Affonso Celso Pastore; a representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), doutores, professores, gestores e servidores de diversas áreas estratégicas da Administração Pública nacional.

A importância da interlocução com a sociedade, mais especificamente com a comunidade acadêmica para a produção de pesquisas aplicadas, e a constatação da profusão de dados sob a guarda dos Tribunais de Contas, cujas bases são ricas e confiáveis, estão na concepção deste Centro de Altos Estudos. Temas tão caros a nós!

Estabelecer diálogos multidisciplinares, estratégicos e qualificados entre organismos nacionais e internacionais, academia e sociedade civil para o aprimoramento do sistema de controle externo e, conseqüentemente, da Administração Pública é o que esta Casa de Minas tem feito.

Como ensinou Paulo Freire, só estendemos nossos conhecimentos se somos capazes do diálogo com outros saberes. Agradeço a este Tribunal por incentivar e acolher iniciativas inovadoras que possibilitaram a consolidação do nosso Suricato e da Avaliação de Políticas Públicas realizada por Órgão de Controle Externo –tais experiências pretendo levar ao **Conselho Superior do Cecap** para enfrentar o desafio, que muito prezo, de preservar e reafirmar o papel imprescindível e estratégico das atividades de controle e monitoramento como garantia da democracia, atuando na produção do conhecimento para melhoria da tomada de decisão e para a transformação positiva da realidade dos usuários dos serviços públicos.

Finalizo, contando que, em 27 de junho de 2017, durante a **Primeira Reunião Ordinária do Conselho Superior do Cecap**, presidida pelo ministro Raimundo Carreiro, então Presidente do TCU, que deu posse aos membros designados para aquele biênio, o Ministro Carlos Ayres Brito, entre os designados, disse: “Não basta existir, é preciso funcionar. Hoje, temos uma mentalidade coletiva muito boa culturalmente, que é a da prioridade das instituições sobre as pessoas. A vida pública e a vida privada (...) ambas devem gravitar em torno das instituições, e não em torno, *fulanizadamente*, de beltrano ou sicrano.” Ao meu olhar, necessário repetir e divulgar tais palavras!

Estou honrado por participar de debate de tão alto nível, entre companhias ilustres, mas principalmente encantado com a possibilidade de contribuir com uma gestão pública fortemente priorizada a atuar em benefício do cidadão.